

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2022 e
Relatório dos Auditores Independentes*

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2022 e de 2021

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 – 3
Balanços patrimoniais	4 – 5
Demonstrações de resultado Gerencial	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 – 27

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS
Barretos – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

- I. Até o encerramento dos nossos trabalhos, não obtivemos a totalidade das respostas às cartas de confirmação enviadas bancos, clientes e fornecedores. Desta forma, não nos foi possível concluir com exatidão sobre os saldos relacionados a totalidade destas operações apresentadas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022.
- II. A Entidade não possui controle individualizado físico e contábil do ativo imobilizado e iniciou a contabilização das despesas com depreciação a partir de junho de 2016. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade. Conforme nota nº 2, em 31 de dezembro de 2022 a entidade apresenta passivo à descoberto no montante de R\$ 105.556.239 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 20.002.946, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

Ênfase

Conforme nota explicativa nº 17, em 31 de dezembro de 2022: (i) Ressarcimento ao SUS: Este procedimento está previsto na Instrução Normativa Conjunta ANS nº 5, de 30/09/2011, que determina que as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem proceder ao registro contábil relativo ao ressarcimento SUS no passivo, na conta de Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

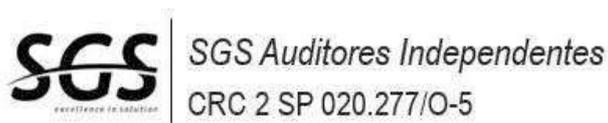


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2023.



Presley
José
Godoy
Assinado de forma digital por Presley José Godoy
Dados: 2023.05.15 14:48:37 -03'00'
Presley José Godoy
Contador
CRC 1 SP 185.052/O-5



Santa Casa de Misericórdia de Barretos

Balanço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em Reais

ATIVO	Nota Explicativa	R\$ 2022	R\$ 2021
CIRCULANTE		9.389.673	7.733.904
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		20.184	45.042
Caixa e Equivalente de caixa	3	12.085	44.415
Aplicações Financeiras sem restrição	4	7.925	454
Aplicações Financeiras com restrição	4	174	173
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		9.348.632	7.680.312
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	4.743.544	4.743.544
(-) Provisão Créditos e Liq. Duvidosa	5	(4.743.544)	(4.743.544)
Créditos de operações de assist. à saúde não relac. c/ planos de saúde da operadora	6	5.915.563	4.714.894
Estoques	8	3.414.014	2.884.282
Bens e títulos a receber	7	19.055	81.136
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES		20.857	8.550
Adiantamentos	7	17.758	5.850
Aluguéis a receber	7	3.099	2.700
NÃO - CIRCULANTE		38.161.773	38.874.820
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.203.712	3.406.119
Depósitos Extra- Judiciais	9	5.203.712	3.406.119
Outros Créditos		-	-
IMOBILIZADO	10	32.958.061	35.468.701
Imobilizado		52.961.681	51.978.532
(-) Depreciação Acumulada		(20.003.620)	(16.509.831)
TOTAL DO ATIVO		47.551.446	46.608.724

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Santa Casa de Misericórdia de Barretos

Balço Patrimonial
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais

PASSIVO	Nota Explicativa	R\$ 2022	R\$ 2021
CIRCULANTE		<u>29.392.619</u>	<u>38.025.518</u>
Débitos com operações de assist. à saúde não rel. com planos de saúde da operadora	11	3.527.606	3.131.222
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.273.639	1.136.156
Parcelamentos de tributos e encargos sociais	13	2.506.208	2.747.619
Empréstimos e financiamentos	14	9.908.792	19.221.164
Obrigações com pessoal	15	6.117.812	5.716.480
Fornecedores	15	3.503.587	2.675.940
Outros debitos a pagar	16	2.554.975	3.396.937
NÃO CIRCULANTE		<u>123.715.066</u>	<u>137.853.249</u>
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	17	17.115.919	15.817.249
Contingencias	18	477.992	978.700
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.121.281	1.121.281
Parcelamentos de tributos e encargos sociais	13	13.137.375	15.598.276
Empréstimos e financiamentos	14	46.552.476	81.037.146
Fornecedores	19	16.708.057	16.708.057
Subvenções a realizar	20	28.601.966	6.592.540
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO		<u>(105.556.239)</u>	<u>(129.270.043)</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		8.310.777	8.310.777
Superávit/ déficit acumulado		(113.867.016)	(137.580.820)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>47.551.446</u>	<u>46.608.724</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Casa de Misericórdia de Barretos

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em Reais

DESCRIÇÃO	NOTA	2022	2021
RECEITAS			
Receita de convênio - SUS	21	58.860.241	48.473.028
Receita demais convênios	22	17.612.475	16.160.070
Receita de particulares	22	463.938	688.331
Subvenções Governamentais	23	34.225.878	21.730.465
Covid	21.1	142.500	3.421.889
Total das receitas		111.305.032	90.473.783
Deduções da receita bruta			
Glosas de serviços		(11.539.602)	(4.033.920)
Receita operacional líquida		99.765.430	86.439.863
Custos dos materiais / medicamentos	28	(30.424.568)	(29.461.858)
Custos dos serviços assistenciais prestados	28	(39.000.139)	(33.548.712)
Superávit Bruto		30.340.723	23.429.293
DESPESAS			
Salários e encargos	29	(47.367.400)	(44.091.944)
Administrativas e gerais	29	(8.617.363)	(8.577.739)
Tributárias	29	(63.792)	(39.080)
Depreciação e amortização	29	(3.493.789)	(3.292.095)
Total das despesas		(59.542.344)	(56.000.858)
Superávit (déficit) operacional anual		(29.201.621)	(32.571.565)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Doações	24	3.652.843	4.373.307
Outras receitas	25/26	1.180.277	1.785.612
Total de outras receitas (despesas) operacionais		4.833.120	6.158.919
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira	30	307.636	7.340.945
Despesa financeira	30	(5.227.141)	(10.879.912)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		(4.919.505)	(3.538.967)
Resultado antes das receitas extraordinárias		(29.288.006)	(29.951.613)
RECEITAS EXTRAORDINARIAS			
Emendas impositivas	27	53.001.810	26.241.170
Total de receitas (despesas) extraordinárias		53.001.810	26.241.170
Superávit/(déficit) do exercício	39	23.713.804	(3.710.443)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRETOS
AV 23, 1208 - BARRETOS - SP- CNPJ: 44.782.779/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PASSIVO A DESCOBERTO				
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (EM REAIS)				
CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	DEFICIT/SUPERAVIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(133.870.377)	8.310.777	-	(125.559.600)
Déficit do Exercício	(3.710.443)	-	-	(3.710.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(137.580.820)	8.310.777	-	(129.270.043)
Déficit/ Superavit do Exercício	23.713.804	-	-	23.713.804
				-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(113.867.016)	8.310.777	-	(105.556.239)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BARRETOS
AV 23, 1208 - BARRETOS - SP- CNPJ: 44.782.779/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

1- ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
Superávit/ Déficit do Exercício	23.713.804	(3.710.443)
(+) Depreciação e Amortização	3.493.789	3.292.095
(+) Provisão para perdas sobre créditos	-	-
(+) Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Superávit do Exercício Ajustado	27.207.593	(418.348)
Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC		
(+)(-) Aplicações financeiras	(7.472)	10.569
(+)(-) Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-
(+)(-) Créditos de oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(1.200.668)	210.232
(+)(-) Bens e títulos a receber	62.080	13.290
(+)(-) Outros créditos a receber do não circulante	(2.339.632)	(2.271.686)
Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC	(3.485.692)	(2.037.595)
Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC		
(+)(-) Provisões Técnicas de Operações de Assist. à saúde	-	-
(+)(-) Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	396.384	127.833
(+)(-) Tributos e encargos sociais a recolher e parcelamentos	(103.927)	239.640
(+)(-) Fornecedores	827.647	560.155
(+)(-) Obrigação com Pessoal	401.332	532.334
(+)(-) Débitos diversos	(841.962)	3.028.965
(+)(-) Passivo não circulante	20.346.486	(5.983.649)
Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC	21.025.960	(1.494.722)
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	44.747.861	(3.950.665)
2- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Novas aquisições de ativo Imobilizado e Intangível	(983.149)	(5.875.117)
(-) Aumentos de investimentos não circulantes	-	-
3- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento (diminuição) de empréstimos		11.241.129
Amortização de empréstimos	(43.797.042)	(1.418.985)
Distribuição de lucros	-	-
Aumento de capital	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	-
Remuneração capital	-	-
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(43.797.042)	9.822.144
(1+2+3) VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(32.330)	(3.638)
DISPONIBILIDADE NO INÍCIO DO PERÍODO	44.415	48.053
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	(32.330)	(3.638)
DISPONIBILIDADE NO FINAL DO PERÍODO	12.085	44.415

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em Reais

1. Contexto operacional

A Santa Casa de Misericórdia de Barretos é uma Instituição organizada sob a forma de Associação de fins não econômicos, beneficentes e filantrópicos, constituída em Assembleia Geral de 09 de janeiro de 1921, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 712 de 24 de agosto de 1959, e Federal pelo Decreto nº 98.147, de 15 de setembro de 1989. É uma Associação filantrópica atuante na área da assistência médico-hospitalar, obriga-se a manter leitos e serviços hospitalares para uso público, gratuito, sem qualquer distinção de raça, cor, sexo ou religião, dentro das normas estabelecidas por legislações e regulamentos Federais, Estaduais e Municipais. Tem sua sede e foro na cidade de Barretos, no Estado de São Paulo, à Avenida 23, nº 1.208, Centro e à Rua 28 nº 728, está inscrita no CNPJ-MF sob o nº 44.782.779/0001-10.

São objetivos sociais da Santa Casa: Prestar assistência integral à saúde a qualquer pessoa, em conformidade com as legislações Federal, Estadual e Municipal e os seus regulamentos e normas administrativas; Prestar atendimento gratuito, dentro das possibilidades orçamentárias da Santa Casa, aos necessitados não possam ser atendidos pelo SUS; Operar planos de assistência à saúde, mediante a garantia de abertura de custos assistenciais médico ambulatorial e hospitalar, a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado e sem limite financeiro, executados através dos serviços prestados pela Santa Casa ou rede credenciada para tanto, quando o Hospital não possuir o necessário serviço; Promover e estimular o voluntariado e a solidariedade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 a entidade apresenta passivo à descoberto no montante de R\$ 105.556.239 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 20.002.946, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

Contraprestações pecuniárias a receber

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. Disponível

	2022	2021
Caixa	11.940	4.672
Bancos conta movimento sem restrição	145	39.743
Bancos conta movimento com restrição	-	-
Total	12.085	44.415

4. Aplicações financeiras

	2022	2021
Investimentos Fundos/CDB sem restrição	7.925	454
Investimentos Fundos/CDB com restrição	174	173
Total	8.099	627



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2022	2021
Contraprestações pecuniárias a receber	4.743.544	4.743.544
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	<u>(4.743.544)</u>	<u>(4.743.544)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos.

6. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

A. Créditos públicos

	2022	2021
SUS	3.207.271	2.811.381
SUS Hemodiálise	508.237	453.783
Créditos Públicos	<u>3.715.508</u>	<u>3.265.164</u>

B. Créditos particulares

	2022	2021
Unimed	395.383	399.431
APAS	90.114	61.238
IAMSPE	256.624	186.430
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais	383.986	383.986
São Francisco Sistema de Saúde	64.902	45.691
Austa Clínicas	102.193	68.933
Outros Convênios	1.290.839	688.007
PECLD (i)	<u>(383.986)</u>	<u>(383.986)</u>
Total Créditos particulares	<u>2.200.055</u>	<u>1.449.730</u>
Total Geral	<u>5.915.563</u>	<u>4.714.894</u>



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais

- (i) Provisão consiste em cima de processo judicial movido contra o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais para receber os atendimentos a ele realizados no ano de 2017/2018.

7. Bens, títulos e créditos a receber

	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos a fornecedores (i)	3.461	702.000	5.850	702.000
Adiantamentos a funcionários	14.298	-	-	-
Cheques a receber	4.282	-	67.310	-
Cartão de crédito	14.773	-	13.826	-
Aluguéis a receber	3.098	-	2.700	-
PECLD (i)	-	(702.000)	-	(702.000)
Total	39.912	-	89.686	-

- (i) Existe contabilizado no Longo Prazo valor que se refere a adiantamento de pagamento a prestador de serviço cuja negociação vem sendo discutida judicialmente. Porém em cumprimento a normas contábeis foi realizada a provisão de perda deste numerário.

8. Estoques

	2022	2021
Farmácia	835.780	843.301
Nutrição	93.262	81.315
Almoxarifado	2.484.972	1.959.666
Total	3.414.014	2.884.282



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

9. Depósitos judiciais e fiscais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldos bancários bloqueados	5.203.712	3.406.119
Total	5.203.712	3.406.119

Tais saldos são decorrentes de bloqueios em ações de cobrança de fornecedores de bens e serviços e créditos provenientes de convênios médicos.

10. Movimentação do Imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>				<u>Saldo</u>
	Anual	31.12.2021	Adições	Baixas	Transf.	31.12.2022
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<u>Custo</u>						
Terrenos	10%	4.187.650	-	-	-	4.187.650
Edificações	38%	23.450.800	-	-	-	23.450.800
Máquinas, equip. e instalações (1)	39%	17.976.949	606.145	-	-	18.583.094
Móveis e utensílios	11%	4.914.862	56.469	-	-	4.971.331
Computadores e periféricos	1%	282.009	33.671	-	-	315.680
Veículos	2%	783.192	-	-	-	783.192
Imobilizado em andamento		383.070	286.864	-	-	669.934
Total	100%	51.978.532	983.149	-	-	52.961.681
<u>Depreciação Acumulada</u>						
Edificações		(3.752.519)	(938.032)	-	-	(4.690.551)
Máquinas, equip. e instalações		(8.720.659)	(1.845.038)	-	-	(10.565.697)
Móveis e utensílios		(2.884.765)	(493.763)	-	-	(3.378.528)
Computadores e periféricos		(219.939)	(60.318)	-	-	(280.257)
Veículos		(931.949)	(156.638)	-	-	(1.088.587)
Total		(16.509.831)	(3.493.789)	-	-	(20.003.620)
Total		35.468.701	(2.510.640)	-	-	32.958.061



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

A Administração da Entidade realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

11. Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2022	2021
Prestadores de serviços de assistência à saúde	3.527.606	3.131.222
Total	3.527.606	3.131.222

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
INSS funcionários a recolher	269.656	-	244.910	-
FGTS a recolher	260.766	-	233.177	-
Contribuições sindicais	235.674	-	237.348	-
IRRF retido na fonte	310.401	-	210.190	-
ISS retido na fonte	71.186	-	79.109	-
CSLL retido na fonte	22.937	-	26.169	-
COFINS retido na fonte	68.811	-	78.507	-
PIS retido na fonte	14.909	-	17.010	-
Contribuições previdenciárias retidas na fonte	19.299	1.121.281	9.736	1.121.281
Total	1.273.639	1.121.281	1.136.156	1.121.281



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

13. Parcelamentos de tributos e encargos sociais a recolher

	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FGTS parcelamentos (i)	219.383	1.832.794	375.346	2.008.847
Parcelamento PERT – Previdenciário (ii)	542.284	3.298.897	542.284	3.841.181
Parcelamento PERT – Demais Débitos (ii)	747.909	4.549.781	747.909	5.297.690
Parcelamento PGFN (iii)	29.426	-	117.702	29.425
Parcelamento PGFN (iv)	50.647	12.662	50.647	63.310
Parcelamento Transação Excep. – Previd. (v)	287.953	527.914	287.953	815.867
Parcelamento Transação Excep. – Demais (v)	600.772	2.903.730	600.772	3.504.502
Parcelamento RFB (vi)	27.834	11.597	25.006	37.454
Total	2.506.208	13.137.375	2.747.619	15.598.276

- (i) Refere-se a parcelamento do FGTS junto à Caixa Econômica Federal, firmado em fevereiro de 2015 no valor de R\$ 3.290.748 parcelado em 180 meses.
- (ii) Refere-se a parcelamento da Lei 13.496/2017 (PERT) consolidado em outubro de 2017.
- (iii) Refere-se a parcelamento adquirido em abril de 2018 para consolidação de dívidas em outro parcelamento.
- (iv) Refere-se a parcelamento adquirido em abril de 2019 para entrada em Negócio Jurídico Processual junto a PGFN.
- (v) Refere-se a parcelamento adquirido em novembro de 2020 junto a PGFN, em aproveitamento de parcelamento lançado pela PGFN em decorrência da pandemia, chamado de Transação Excepcional.
- (vi) Refere-se a parcelamento adquirido perante a Receita Federal em apuração de divergências entre DCTF e DIRF da folha de pagamento.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

14. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Vencimento	2022		2021	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Bradesco S/A	0.82% a.m.	15/06/2029	3.185.257	17.518.915	3.185.257	20.704.172
Conta Garantida Banco Itaú	0,99% a.m.	-	8.095.372	-	12.500.000	-
Conta Garantida Santander	1,00% a.m.	-	60	-	4.999.928	-
Outros Empréstimos	-		78.119	33.153.820	152.070	65.903.248
Juros a Incorrer	-		(1.450.016)	(4.120.259)	(1.616.091)	(5.570.274)
Total			9.908.792	46.552.476	19.221.164	81.037.146

As garantias são avais dos diretores e bens.

Houve uma queda do valor de empréstimos a longo prazo devido a entrada de recursos que foram utilizados para a amortização de dívidas com a credora, conforme contrato de mútuo.

15. Débitos diversos

	2022	2021
Salários a pagar	2.204.799	2.070.285
Provisão de férias e encargos sociais	3.777.749	3.529.814
Provisão de 13 salário e encargos	127.276	108.572
Outras obrigações com pessoal	7.988	7.809
Fornecedores	3.503.587	2.675.940
Total	9.621.399	8.392.420

16. Outros débitos a pagar

	2022	2021
Telefones	3.835	4.276
Energia elétrica	4.358	389
Acordo CPFL	2.206.123	3.102.123
Outros	340.659	290.149
Total	2.554.975	3.396.937



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

17. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (i)	-	17.115.919	-	15.817.249
Total	-	17.115.919	-	15.817.249

(i) Ressarcimento ao SUS: Este procedimento está previsto na Instrução Normativa Conjunta ANS nº 5, de 30/09/2011, que determina que as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem proceder ao registro contábil relativo ao ressarcimento SUS no passivo, na conta de Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar.

18. Contingências

	2022	2021
Contingências trabalhistas	477.992	978.700
Total	477.992	978.700

A Administração da Entidade possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis em andamento e em fase de defesa. A administração, suportada pela assessoria jurídica, classificou como perda provável R\$ 477.992, havendo provisão nas demonstrações financeiras. Há também processos que foram classificados como perda “possível” ou “remota”, pela assessoria jurídica, que perdura o montante de R\$ 32.212.014 nas áreas civil, fiscal e trabalhista que estão em análise.

19. Débitos diversos de Longo Prazo

	2022	2021
Fornecedores	10.107.643	10.107.643
Prestadores de serviços médicos	6.600.414	6.600.414
Total	16.708.057	16.708.057

Trata-se de débitos sem estimativa de pagamento adquiridos anteriores a 11/2016 e em parte em negociação judicial.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

20. Convênios Públicos a realizar Investimento

	2022	2021
Convenio Federal 807958/2014	242.608	292.608
Convenio Federal 807957/2014	122.917	147.917
Convenio Federal 812384/2014	27.917	33.917
Convenio Federal 807956/2014	80.000	96.000
Convenio Federal 791034/2013	76.250	91.250
Convenio Federal 099156/2013	50.000	60.000
Convenio Federal 800235/2013	122.633	147.633
Convenio Federal 836982/2016	118.642	138.842
Convenio Federal 837585/2016	70.415	83.415
Convenio Federal 848890/2017	375.000	435.000
Convenio Federal 848891/2017	67.500	77.500
Convenio Federal 868777/2018	674.685	768.862
Convenio Federal 821384/2015	337.286	386.645
Convenio Federal 873440/2018	90.555	103.807
Convenio Federal 883464/2019	142.550	161.143
Convenio Estadual 1267/2018	60.000	70.000
Convenio Estadual 1268/2018	42.500	49.300
Convenio Estadual 473/2019	712.595	813.023
Total	3.414.053	3.956.862

20.1 Convênios Públicos a realizar Custeio

	2022	2021
Convenio Estadual 388/2020	1.816.033	1.451.842
Convenio Estadual 268/2020	1.415.213	1.065.312
Convenio Estadual 269/2020	8.607	53.237
Convenio Estadual 100/2021	1	3.468
Emendas Parlamentares a Realizar	-	-
Repasses Municipais a Realizar	1.292.000	-
Repasses Estaduais a Realizar (*)	20.600.000	-
Total	25.131.854	2.573.859



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

20.2 Subvenções a realizar

	2022	2021
Termo Fomento 023/2021	56.059	61.819
Total	56.059	61.819
Total Geral	28.601.966	6.592.540

Os valores são referentes a subvenções, convênios de custeio e convênios de investimento (imobilizado), sendo a realização da receita conforme gastos ou a depreciação dos bens adquiridos.

(*) O valor em questão se refere a Resolução SS 155/2022 do governo do estado, em Apoio a Entidades Filantrópicas, contemplado quase ao final do exercício através do 32º Termo Aditivo ao convenio SMS N° 002/2018, com sua realização e utilização no próximo exercício.

21. Receitas de convênio - SUS

	2022	2021
Serviços Hospitalares – AIH	43.901.298	34.398.056
Ambulatório - AIH	3.319.348	2.811.754
Hemodiálise	5.937.561	5.546.184
Rede Cegonha	1.106.995	1.106.995
Rede Urgência e Emergência	4.540.039	4.540.039
Repasse CCIH	55.000	70.000
Total	58.860.241	48.473.028

21.1 Auxílio COVID

	2022	2021
Auxílio COVID	142.500	3.421.889
Total	142.500	3.421.889



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

22. Receitas com convênios e particulares

	2022	2021
Receitas conveniadas	17.612.475	16.160.070
Receitas particulares	463.938	688.331
Total	18.076.413	16.848.401

23. Subvenções

Foram registradas dentro do grupo de contas de outras receitas operacionais as seguintes subvenções:

	2022	2021
Subvenções municipais (1)	12.652.759	1.703.182
Subvenções estaduais (2)	21.147.538	19.601.702
Subvenções federais (3)	425.581	425.581
Total	34.225.878	21.730.465

Essas receitas com subvenções e doações estão classificadas na rubrica “outras receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora” na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit).

Item (1)

Repasse p/ ajuda de custo conf. 20 ° Termo Aditivo de contratualização	120.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 21 ° Termo Aditivo de contratualização	1.000.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 22 ° Termo Aditivo de contratualização	1.000.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 23 ° Termo Aditivo de contratualização	1.527.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 24 ° Termo Aditivo de contratualização	1.500.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 25 ° Termo Aditivo de contratualização	1.250.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 27 ° Termo Aditivo de contratualização	2.250.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 29 ° Termo Aditivo de contratualização	1.250.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 30 ° Termo Aditivo de contratualização	1.250.000
Repasse p/ ajuda de custo conf. 31 ° Termo Aditivo de contratualização	1.500.000
Termo de Fomento nº 023/2021	5.759
Total	12.652.759



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

Item (2)

Convenio estadual 268/2020	924.025
Convenio estadual 269/2020	7.365.062
Convenio estadual 388/2020	1.126.331
Convenio estadual 1267/2018	10.000
Convenio estadual 1268/2018	6.800
Convenio estadual 473/2019	100.428
Convenio estadual 100/2021	11.524.528
Resolução SS 149/2022	33.788
Resolução SS 161/2022	56.576
Total	21.147.538

Item (3)

Reconhecimento de receita sobre subvenção compra de máquinas/equipamentos	425.581
Total	425.581

24. Doações

	2022	2021
Doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas	3.652.843	4.373.307
Total	3.652.843	4.373.307

25. Outras receitas operacionais

	2022	2021
Refeições	112.323	116.986
Receitas diversas hospital	72.649	95.662
Receita Contrato Faculdade de Medicina	941.300	1.414.800
Outras recuperações	18.415	31.626
Receita com venda de medicamentos (Unidade de Negócio)	-	102.812
Total	1.144.687	1.761.886

26. Receitas patrimoniais

	2022	2021
Receita com aluguel	35.590	23.726
Total	35.590	23.726



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

27. Receitas Extraordinárias

	2022	2021
Emendas Parlamentares	53.001.810	26.241.170
Total	53.001.810	26.241.170

Portaria 3791 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.419625/2021-00	8.139.993
Portaria 2542 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.410469/2021-00	100.000
Portaria 4237 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.425711/2021-00	10.000.000
Portaria 0736 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.445513/2022-00	3.133.726
Portaria 0731 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.438702/2022-00	1.000.000
Portaria 0731 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.435056/2022-00	100.000
Portaria 0731 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.436237/2022-00	217.282
Portaria 0731 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.435120/2022-00	400.000
Portaria 1684 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.467575/2022-00	14.510.809
Portaria 2118 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.471493/2022-00	10.000.000
Portaria 1684 – Incremento MAC custeio – Proposta 36000.467688/2022-00	5.000.000
Resolução Estadual SS-149/2021	200.000
Resolução Estadual SS-154/2022	200.000
Total	53.001.810

28. Outras despesas operacionais

	2022	2021
Despesa com operações médico-hospitalar	(37.876.630)	(32.926.291)
Residência médica	(1.123.509)	(622.421)
Gêneros alimentícios	(2.517.097)	(2.376.254)
Oxigênio	(420.631)	(364.187)
Drogas e medicamentos	(10.775.707)	(10.302.080)
Material hospitalar	(10.862.317)	(12.172.074)
Material de órtese e prótese	(5.019.825)	(3.283.246)
Esterilização	(344.217)	(343.673)
Outros	(484.774)	(620.344)
Total	(69.424.707)	(63.010.570)



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais

29. Despesas administrativas

	2022	2021
Despesas de empregados	(41.643.286)	(38.615.687)
Despesas de indenizações	(836.889)	(808.543)
Despesas com encargos sociais	(2.967.240)	(2.771.609)
Outras despesas com empregados	(1.919.985)	(1.896.105)
Remunerações por serviços	(2.492.866)	(3.310.623)
Despesas com expediente	(9.624.164)	(8.567.495)
Despesas com contribuições e donativos	(57.914)	(30.796)
Total	<u>(59.542.344)</u>	<u>(56.000.858)</u>

30. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas financeiras	<u>307.636</u>	<u>7.340.945</u>
Atualização Monetária	519	20
Outras Receitas	307.117	7.340.925
Despesas financeiras	<u>(5.227.141)</u>	<u>(10.879.912)</u>
Descontos financeiros condicionais	(353)	-
Juros s/ Empréstimo	(1.616.091)	(1.766.272)
Juros/Multas	(3.538.988)	(8.961.742)
Outras Despesas	(71.709)	(151.898)
Resultado Líquido	<u>(4.919.505)</u>	<u>(3.538.967)</u>



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

31. Remuneração da administração

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Sua Administração está a cargo de uma Diretoria eleita pelo Conselho de Administração, cujos membros, assim como os do Conselho Fiscal, são eleitos pela Assembleia Geral, por um mandato de quatro anos. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de quatro anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão.

32. Imunidade previdenciária usufruída

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às imunidades previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2022 e de 2021, correspondem aos montantes de R\$ 7.411.453 e de R\$ 7.475.361, respectivamente.

33. Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS/Folha, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras. Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

34. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais.

A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em Reais

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

35. Gerenciamento de riscos

As operações da Entidade estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, câmbio, de crédito e de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Entidade no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

36. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A Administração da Entidade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

37. Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais**

38. Atendimento ao SUS

A Entidade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, efetuou os atendimentos a pacientes relativos ao Sistema Único de Saúde (SUS), no limite mínimo em atendimento a legislação vigente, aplicados anualmente nos exercícios.

a) Internações

	<u>2022</u>	%	<u>2021</u>	%
SUS	8.247	83%	9.271	85%
Convênios	1.563	16%	1.591	14%
Particulares	84	1%	155	1%
Total	<u>9.894</u>	100%	<u>11.017</u>	100%

b) Atendimentos Ambulatoriais de Pronto Socorro

	<u>2022</u>	%	<u>2021</u>	%
SUS	172.470	80%	227.282	85%
Convênios	42.355	19%	38.361	14%
Particulares	423	1%	409	1%
Total	<u>215.248</u>	100%	<u>266.052</u>	100%

39. SUPERÁVIT DO PERÍODO

Especialmente no ano de 2022 a Santa Casa de Misericórdia de Barretos foi contemplada com vários recursos provenientes de emendas parlamentares para custeio e uso em geral, que fizeram com que o caixa da instituição melhorasse, objetivando até um superavit no período. Em particular podemos destacar duas emendas que totalizaram R\$ 24.500.000,00 que nos proporcionou amortizar parte de dívidas do passivo e automaticamente nos gerando parte do superavit do exercício.